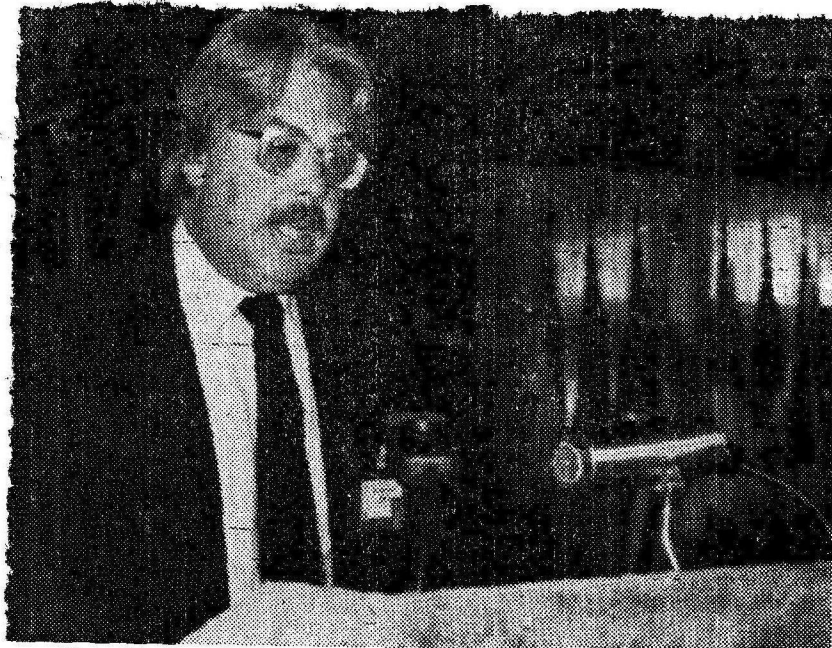




Resultados da balança comercial entusiasma Pastore

Na Argentina, proibida a transferência de lucro

HUGO MARTINEZ
Nosso correspondente

BUENOS AIRES — O governo argentino proibiu, ontem, que as empresas estrangeiras efetuem transferências de lucros para suas matrizes, com o objetivo de preservar o nível de reservas de divisas ante a crítica situação do país, imerso numa grande dívida externa. Além dos lucros, elas também não poderão realizar pagamentos no Exterior referentes a regalias de seus funcionários, royalties, patentes ou qualquer tipo de incorporação tecnológica. A decisão foi adotada pelo próprio presidente Raul Alfonsín, sem especificar o tempo de duração da medida.

As reservas do Banco Central da República Argentina alcançam, no momento, US\$ 1,5 bilhão. No mês passado, aproximadamente 25 empresas estrangeiras solicitaram ao Banco Central autorização para remeter US\$ 500 milhões às suas matrizes. A resposta ao pedido deveria ser dada antes do próximo dia 30, data em que, não havendo manifestação do governo, a autorização estaria automaticamente concedida. Calcula-se que o valor das remessas em royalties destinadas ao exterior giram em torno de US\$ 200 milhões anuais. Mesmo assim, as empresas haviam solicitado autorização para o envio de mais US\$ 300 milhões.

As empresas estrangeiras poderão, entretanto, receber o equivalente à soma de suas transferências em títulos da dívida pública externa em moeda estrangeira, denominados bônus externos. "Ao entregar-lhes os

bônus, o governo diminui consideravelmente o montante a ser transferido em dólares, uma vez que as empresas deverão trocá-los na Bolsa, onde têm perdido seu valor constantemente", destacou a publicação especializada **Ambito Financiero**.

"Quem não quiser os bônus que espere até que a Argentina tenha maior disponibilidade de divisas", afirmou, ontem, o ministro da Economia, Bernardo Grinspún, acrescentando que o governo fixou, como meta, alcançar um total de US\$ 1,7 bilhão em reservas até o final de junho.

CRÍTICAS

A decisão do governo foi imediatamente criticada pelos economistas de tendência monetarista. A discussão baseou-se no fato de que a medida prejudica a imagem do país ante a comunidade empresarial internacional, "um setor que não podemos assustar, já que precisamos dele", afirmou o ex-ministro da Economia e atual deputado Alvaro Alsogaray.

O ex-ministro da Fazenda do regime militar, Juan Alemann, afirmou que, ao invés de intervir na economia, o presidente Alfonsín, "poderia dedicar-se a governar racionalmente".

Até o final da tarde de ontem, as empresas afetadas não se haviam manifestado sobre a decisão, mas fontes do Ministério da Economia já admitiam que um grupo delas poderia, a qualquer momento, solicitar uma audiência com o ministro Bernardo Grinspún para discutir o assunto.